

Bolívia: eleições e crises de Estado¹

Juan Carlos Pinto Quintanilla²

261

Resumo³

Este ensaio discute a crise estatal boliviana e a conjuntura que permeia as eleições de outubro de 2020 frente a um processo de golpe.

Palavras-chave: Bolívia; Crises de Estado; golpe; poder popular.

Resumen

Este ensayo analiza la crisis del Estado boliviano y la situación que permea las elecciones de octubre de 2020 frente a un proceso golpista.

Palabras clave: Bolivia; Crisis de Estado; golpe; poder popular.

Abstract

This essay discusses the crisis in the Bolivian State and the situation that permeates the elections of October 2020 in the face of a coup process.

Keywords: Bolivia; Crisis of State; coup d'etat; popular power.

O Processo de Mudança⁴ inaugurou um novo momento estatal e para a vida dos bolivianos, que não apenas saíram para as urnas em 2005 para apoiar os processos de transformação do país, senão que, a irrupção popular junto ao processo constituinte, deram passo a uma ampliação real da cidadania, agora intercultural. Porém, na veia da colonialidade, muitas estruturas de Estado apenas se adaptaram ao novo momento e outras impediram a transformação para permitir uma maior democratização dos

¹ Original publicado em: <<https://www.la-epoca.com.bo/2020/09/23/elecciones-y-crisis-de-estado/>>. Tradução Hector Ilich Melean Duran.

² Sociólogo boliviano, Ex Diretor Geral de *Fortalecimiento Ciudadano en la Vicepresidencia del Estado Plurinacional*.
utopiajc6215@gmail.com

³ Resumos elaborados pelo tradutor.

⁴ Tradução livre do termo “*proceso de cambio*”, que é a forma como os bolivianos denominam o processo político e social estabelecido com a ascensão de Evo Morales ao poder (nota do tradutor).



espaços. Se bem que, a nova realidade em curso permitiu a naturalização da diferença nos espaços estatais, também se deu passo à discriminação e ao ressentimento daqueles setores que no passado mantinham o monopólio do poder e da representação.

Então podemos dizer que, ao longo dos 13 anos do “Processo de Mudança”, o velho Estado Republicano, neoliberal e Colonial não acabou de morrer e, portanto, como Estado, estrutura de poder, procurou se institucionalizar com as Forças Armadas e a Polícia em um novo papel de relação com as organizações populares, sem consegui-lo. Também não transformou o Judiciário, antigo reduto do poder dominante, assim como foi profundamente respeitoso com o poder econômico dos grupos de poder oligárquicos, enquanto procurava redistribuir os recursos estatais para a maioria das pessoas, carentes historicamente de oportunidades.

Mas também o Processo de Mudança deu passo ao Estado Plurinacional, à inclusão social das maiorias, à representação real dos povos, à melhoria de suas condições de vida, quer dizer, neste período encontramos uma nova condição da crise estatal, expressa no fato de que o novo anunciado e deliberado até o processo constitucional, não acabava de expressar plenamente a novidade da mudança à respeito da realidade revolucionária como horizonte; enquanto as velhas cargas coloniais estatais e no conjunto social não desapareciam totalmente, e, pelo contrário, se reforçavam, se institucionalizam e no final naturalizavam velhas formas e atitudes de poder que não correspondiam com o processo de transformação em marcha e que constitucionalmente tinha sido aprovado.

Na realidade, a Constituição Política do Estado Plurinacional (CPE), expressou essa sorte de empate estratégico, quando reconhece a existência republicana, mas incorpora a dimensão plurinacional, e faz isso com a economia, a política da representação, o Judiciário e outros aspectos realizam sua ordem. Deixando ao soberano e ao próprio Estado Plurinacional a tarefa de tecer a interculturalidade e a plurinacionalidade como uma realidade em construção. Duas dimensões, historicamente opostas e confrontadas, se reúnem e combinam fazer um mesmo país, com inclusão, participação e Democracia Intercultural; como saída à crise de Estado que sempre temos levado como país.

Sem dúvida, se avançou muito nesta dimensão de validação intercultural por parte de setores importantes da sociedade, mas os acontecimentos de novembro de 2019 até os nossos dias, deixaram em evidência que a resistência dos antigos grupos de poder, republicanos e



oligárquicos, junto a setores tradicionais da classe média, a ser parte de um país atravessado pela interculturalidade e que aceite a inclusão como um logro democrático e não como um favor dos patrões.

Por isso, vai ser importante analisar o acontecido no país nos últimos 10 meses, desde a perspectiva dos Direitos Humanos, que não é neutra diante daqueles que os atropelam desde o Estado. Hoje, temos constitucionalmente um Estado Plurinacional e um Governo que pretende desconhecê-lo e que se declara evangélico e republicano, que reivindica o passado e avança agressivamente contra os setores populares com a mesma raiva com a qual o passado colonial e republicano avançava; que se coloca para além das leis e da CPE, e baseia sua governabilidade na Força Armada e na imposição, na chantagem e na repressão aberta.

Essa situação de crise estatal na qual estamos novamente envolvidos de maneira explícita, não só busca nos portadores políticos do presidencialismo de transição um retorno ao passado, como também, com as raízes coloniais republicanas buscam instalar o sentido de anomia estatal, ou de esvaziamento das responsabilidades estatais para o conjunto social, e dessa forma, preencher novamente com os grupos de poder históricos e com dependência dos poderes externos. Esta crise estatal é ainda maior que nos tempos passados, porque não estamos apenas mergulhados numa profunda crise econômica, produto das erradas decisões governamentais e de corrupção institucionalizada, senão que essa situação misturada com a crise de saúde convertida em pandemia a nível mundial, está deixando muitas vítimas no caminho, vítimas tanto da repressão quanto da incapacidade deliberada desse governo para garantir condições mínimas de controle e sanidade.

Mas acompanhando essas crises, do mesmo modo, devemos contar as múltiplas crises de credibilidade existentes sobre as instituições estatais e não estatais. Dentre elas, devemos destacar a histórica desconfiança sobre a corrupção no Judiciário, dos comandos das Forças Armadas e da Polícia, que são os que de alguma forma, dão sustento ao presidencialismo de transição e a toda uma gestão de atropelo aos Direitos Humanos. A própria Igreja Católica, junto às seitas evangélicas, se converteram na nova ideologia governamental e da justificação "Divina" da repressão, da perseguição e do abuso.

O mesmo Órgão Executivo, que foi assumido de forma transitória pela senhora Añez, cujo partido para alcançar sua representação obteve, no ano 2014, 4% dos votos, não descansa em suas tentativas de se prorrogar junto a



uma lamentável gestão estatal que nos levou a uma condição de indefesa cidadã. O Órgão Legislativo acusado e açoitado permanentemente pelo Executivo e pelos meios de comunicação junto a grupos paramilitares, buscaram cumprir sua função, mas foi permanentemente defenestrado em seu papel, porque ainda continha a maioria de mais de 2/3 do voto cidadão de 2014 a favor do Movimento Al Socialismo (MAS).

Nessa condição, o Executivo, os grupos paramilitares e os meios de comunicação, buscaram se impor sobre o Órgão Eleitoral Plurinacional (OEP), quando tentaram forçá-lo, desde sua situação representativa das minorias, a tomar decisões que lhes convém em relação às datas das eleições, à organização das mesmas, à segurança sobre a transparência do voto e, em definitiva, pressões para tirar a figura jurídica do MAS e desqualificá-lo para que não concorra no processo eleitoral, enquanto isso, se pressiona para uma postergação indefinida das eleições, que seria parte da tentativa de prorrogação indefinida do governo transitório. Criam-se dúvidas sobre o papel desta instituição, mesmo quando legalizada por esse mesmo Governo, com a intenção política de desqualificá-la diante dos possíveis resultados eleitorais que, segundo os próprios cálculos da oposição, não poderiam ganhar o apoio que historicamente tem o MAS.

Também se buscou defenestrar à Defensoria do Povo, como entidade que cumpre um papel descentralizado do Estado na defesa dos direitos cidadãos; porque numa situação na qual de maneira dramática se atropelou permanentemente os Direitos Humanos, o Estado e seus representantes, que tentam naturalizar o maltrato e a repressão, não querem que ninguém possa ter uma opinião diferente e encarcera seus divergentes, à institucionalidade do Defensor apenas pode acoisa-la e infama-la através de distintos meios, enquanto permanentemente busca intervir nela com grupos para-estatais que agridem as sedes da instituição. Querem naturalizar o fato de que a defesa cidadã diante dos atropelos não é um direito humano, senão uma estratégia "masista", pois agora no país, toda mobilização, toda demanda de Justiça, de liberdade de expressão, de raiva e resistência, para esse governo autoritário se converteu discursivamente em "masismo".

Esse esvaziamento institucional do Estado, buscado deliberadamente pelo Estado anômico que hoje existe, nos deixam em uma perigosa fronteira de negação de todo tipo de institucionalidade e ordem que permita que a própria democracia flua e seja o canal da decisão cidadã. É por isso que a crise estatal é um efeito desejado pelo autoritarismo, porque no meio do caos apenas a força se impõe e pode ser desejável por alguns. Não deixa



dúvida nenhuma que, aqueles que desde os Direitos Humanos defendemos a vida e a democracia, temos que lutar obcecadamente pela restituição do Estado de Direito e sua institucionalidade, que será processo complexo, mas que tem um parâmetro construído democraticamente como é CPE e a vontade do povo boliviano por construir certezas que lhe permitam reorganizar a vida, comunitariamente e com direitos.

O primeiro passo é não esquecer o que aconteceu, a memória é a força dos povos, e lembrar que no percurso destes 10 meses ficaram vítimas, assassinadas, perseguidas, encarceradas, e um povo com medo e restringido de seus direitos fundamentais, mas sempre disposto a seguir construindo um melhor país. Para isso é que a aposta imediata é a restituição da Democracia, a partir das eleições do próximo dia 18 de outubro, para que a partir de um governo legal e legítimo avancemos a reorganizar o país e sua própria institucionalidade, para garantir a vigência e o cumprimento dos Direitos Humanos. Podemos superar a crise, se o fizermos fortalecidos como maioria e expressos no Estado Plurinacional, partindo do pressuposto de que temos muitas lutas a travar, mas que a liderança do poder popular é a melhor força diante do autoritarismo e das imposições.

Recebido em 01 out. 2020 | aceite em 13 out. 2020.

